



PESQUISA APLICADA EM ESTÁGIO DE URBANISMO: ESTUDO DA ACESSIBILIDADE NOS PASSEIOS PÚBLICOS URBANOS

BACK, Letícia,¹
SIMONI, Tainã Lopes.²

RESUMO

O presente artigo trata-se de um estudo sobre a acessibilidade nos passeios públicos urbanos e a os tipos de pisos adequados para melhoria da qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais. Este trabalho teve o intuito de apresentar conceitos de acessibilidade e ressaltar exemplos de padrões ideais de passeio públicos, demonstrando a importância desta modalidade no meio urbano. Para melhor entendimento do assunto foi realizado um estudo de caso na cidade de Cascavel- PR, com ênfase no bairro Parque Verde, onde após realizar a fundamentação teórica com a conceituação de acessibilidade, apresentar seus benefícios na vida dos portadores de necessidades, e mostrar os tipos de pisos ideais, teve como esta localidade os objetos de análise. Em conclusão, percebe-se a devida importância da acessibilidade no meio urbano, onde o PNE deve ter o direito de ir e vir, mas não é o que acontece devido à falta de planejamento.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, mobilidade, meio urbano, passeios públicos, qualidade de vida.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está vinculada ao Trabalho do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Assis Gurgacz – TC CAUFAG. Sendo de autoria da acadêmica Letícia Back, orientado pela Prof^a Arq^a Tainã Lopes Simoni, na linha de pesquisa GUEAU - Estudos e discussão de arquitetura e urbanismo. O assunto abordado é a acessibilidade com ênfase nos passeios públicos urbanos e o tema trata-se de como se encontra a acessibilidade no Bairro Parque Verde, localizado no município de Cascavel - PR.

Este trabalho de justifica com a necessidade da garantia da qualidade de vida a portadores de necessidades especiais, onde de acordo com o planejamento da cidade, a acessibilidade deve assegurar à população o fácil acesso a todos. Deste modo, é necessário seguir determinadas leis e regras, que sejam possíveis de atender aos portadores de necessidades especiais e possibilitem o direito de ir e vir.

As pessoas portadoras de deficiência são as que melhor traduzem essas demandas especiais. Contudo, esse grupo também é composto por idosos, obesos, cardíacos, pessoas

¹Acadêmica do 8º período da Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário. E-mail: leticia.back@hotmail.com.

²Arquiteta e Urbanista. Especialista em Projeto, Gestão e Sustentabilidade. Professora do Centro Universitário FAG e orientadora da presente pesquisa. E-mail: tai_lopes@hotmail.com



com problemas respiratórios, mulheres grávidas, pessoas com carrinhos de bebê ou de compras, veem limitada sua capacidade de deslocamento ou de acesso.

O questionamento que motivou a presente pesquisa foi: Qual a importância da acessibilidade nos passeios públicos para os portadores de necessidades especiais? Acredita-se que a acessibilidade está diretamente relacionada a liberdade dos cidadãos portadores de necessidades especiais a realizarem atividades de seu cotidiano em um curto espaço de tempo, percorrendo pequenas distâncias. Estas pessoas devem ser capazes de ir ao trabalho, supermercado, padaria, escola, entre outros, sem a necessidade de muito esforço, o que é fundamental para garantir sua qualidade de vida.

Visto isso, o objetivo geral desta pesquisa é elaborar um estudo sobre acessibilidade em passeios públicos e os tipos de pisos necessários para garantir a mesma. Portanto, o objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos: a) Introduzir o tema através de pesquisas bibliográficas; b) Pesquisar e conceituar acessibilidade; c) Apresentar os benefícios da acessibilidade na vida de pessoas portadores de necessidades especiais; d) Elaborar um levantamento de tipos de pisos especiais e a construção de calçadas com materiais adequados para circulação de pedestres e portadores de necessidades.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Conforme a ABNT (2004), a acessibilidade é a possibilidade de circunstância para a obtenção, percepção, compreensão e conhecimento para que se possa utilizar do conforto e autonomia dos projetos como mobiliários, equipamentos urbanos, mobiliários e espaços.

De acordo com Juncà (1997), o direito coletivo de ir e vir é oferecer e facilitar ao ambiente edificado autonomia e segurança a todos que a utilizem, independente das limitações que ela possua. Sendo assim, acessibilidade possui uma gama de fatores associados as possibilidades como ao acesso aos locais no qual, discutem aspectos que englobam a trajetória e o deslocamento para áreas específicas.



Para Ferreira (2016), a acessibilidade é um fator obrigatório e importante para todos os cidadãos, independente da idade, altura ou deficiência, é necessário o planejamento para a segurança adequada a qualquer pessoa. O Governo Federal prioriza a acessibilidade nos espaços públicos, mobiliários urbanos, construções, reformas de edifícios, ampliações e vias. Seguindo da lei 5.296/12/2004, todas as construções têm o dever de serem fundamentadas de acordo com o desenho universal, ou seja, deve haver disponibilidade de usufruir do espaço independente da dificuldade que possua. Já no entorno dos lotes, é visível que as calçadas precisam ser projetadas com rampas dimensionadas adequadamente, seja dentro ou fora das obras edificadas, assim como, a proposta de pisos táteis para o direcionamento e alerta de obstáculos como, postes, lixeiras, bancos e etc.

Cambiaghi (2007), revela que as pessoas com deficiências anuladas, reduzidas ou limitadas possuem dificuldades para a compreensão das características do espaço em que se encontra ou então há obstáculos que as impedem de se locomover facilmente.

Conforme Sarraf (2012):

A acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos independente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvida a partir dos conceitos de Inclusão Social. Os benefícios da acessibilidade possibilitam a melhoria da qualidade de vida da população com e sem deficiência, proporcionando liberdade de escolhas e abertura de horizontes pessoais, profissionais e acadêmicos (SARRAF, 2012, p.62).

Essas vantagens são garantidas para a sociedade, diz Lanchoti (2014), na qual constitui reconhecimento e atenção com a segurança aos princípios de dignidade, autonomia e independência, para a disposição individual ou coletiva da população.

2.1.1. Benefícios da Acessibilidade na Vida dos Portadores de Necessidades Especiais

Resumo Segundo a OPAS, apenas 2% dos portadores de deficiência, dos 85 milhões de pessoas que vivem na América Latina, têm assistência adequada, e 10% da população mundial possui algum tipo de necessidade especial, mas com acesso limitado a direitos constitucionalmente adquiridos. Esta precisa ser abordada em diferentes níveis: clínico, de reabilitação, social e político. Pobreza e deficiência possuem relação direta. Portanto, a discriminação e a incapacidade física e financeira limitam o acesso à educação e saúde,



tornando-se crônico e agravando a morbidade, aumentando os custos do tratamento, formando-se um ciclo vicioso que tem que ser quebrado. Embora a Constituição Federal tenha elaborado direitos a pacientes com deficiência, possibilitando o acesso à saúde e educação, estas ações não são obtidas nem respeitadas.

A Constituição Federal (CF) de 1988, prevê alguns benefícios específicos para pacientes portadores de necessidades especiais. Todavia, ainda se observa que não há um efeito real, visto que muitos dispositivos legais podem vir a aguardar anos pelo seu processo de implementação. Sendo isto, é uma questão de cidadania a adequação dos ambientes, sejam eles públicos ou privados.

A cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada. A metamorfose dessa liberdade teórica em direito positivo depende de condições concretas, como a natureza do Estado e do regime, o tipo de sociedade estabelecida e o grau de pugnacidade que vem da consciência possível dentro da sociedade civil em movimento. É por isso que desse ponto de vista a situação dos indivíduos não é imutável, mas está sujeita a retrocessos e avanços. (SANTOS, 2002, p. 8).

Embora no cotidiano não se leve em consideração, o meio ambiente pode reforçar uma deficiência, ou diminuir sua importância. Sob o enfoque do desenho universal, um projeto elaborado com devida acessibilidade pode conferir o suporte necessário para a inclusão no portador de necessidades especiais e a participação plena dessas pessoas em todos os aspectos de vida em uma comunidade, o que evidencia a importância que essa concepção pode interferir socialmente (SANTOS, 2002).

2.2.2. Tipos de pisos para construção de calçadas com acessibilidade para PNE

Os pisos táteis possuem com função, realizar a orientação e direcionamento das pessoas portadores de necessidades especiais em seus percursos de circulação. Estes, são conhecidos como pisos de alerta e direcional, tendo sua composição por meio de faixas elaboradas por placas com relevo, onde possibilitam a percepção do usuário pelo toque de bastões ou pela sola do calçado. O seu uso em ambientes externos é utilizado o tipo pré-



moldado (fig, 01), e há também os fabricados em PVC (fig, 02), que são recomendados para áreas internas (NBR 9050)

Figura 01. Piso pré-moldado



Fonte: Salvador pré-moldados

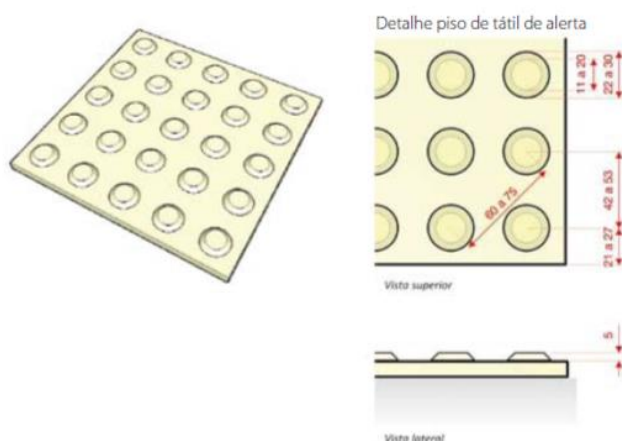
Figura 02. Piso tátil de pvc



Fonte: Somente acessibilidade.

Estas placas podem ser das mais variadas cores, desde que haja um contraste com o piso onde está sendo aplicado, tornando evidente a sinalização acessível. Geralmente há o uso da coloração amarela devido ao seu índice de reflexão da luz, este que pode proporcionar maior visibilidade quando utilizadas em pisos que não possuem a mesma tonalidade (NBR 9050). Nas placas do piso tátil de alerta (Figura 03) por exemplo, existem relevos de formato arredondado, este que é utilizada para indicação de obstáculos que não se encontram no solo.

Figura 03. Piso tátil de alerta.



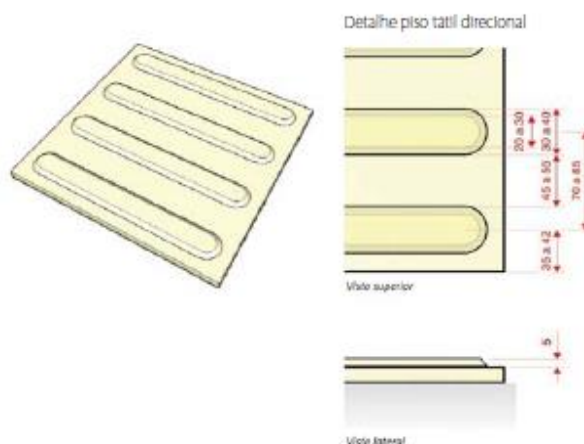
Fonte: Guia de acessibilidade, 2017.

Já nas placas de piso tátil direcional (Figura 04) a parte que possui relevo se diferencia das do piso tátil de alerta, onde possuem linhas contínuas, e sua função é indicar ao usuário o trajeto que



este tem a percorrer. A respeito das dimensões dessa sinalização de acessibilidade, estas devem possuir uma largura mínima de 25cm, porém, é recomendado a inserção de faixas de 40 a 60cm, a fim de proporcionar uma visualização mais rápida e identificação por parte do deficiente visual (NBR 9050).

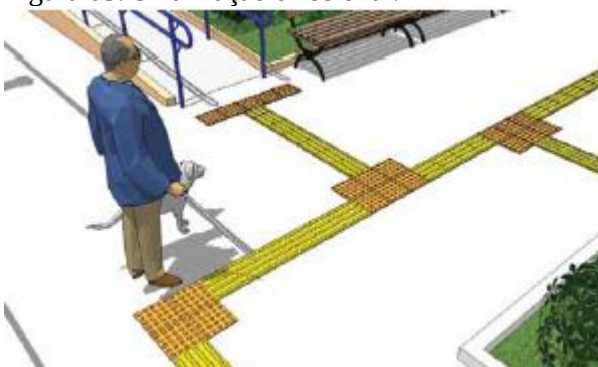
Figura 04. Piso tátil direcional.



Fonte: Guia de acessibilidade, 2017.

Este piso deve possuir uma garantia de aplicação de qualidade, onde não apresente saliências entre as peças fazendo com que o trânsito dos usuários não seja prejudicado, principalmente das pessoas que apresentam mobilidade reduzida. Já no restante do piso é necessária a utilização de um material que garanta uma superfície contínua, regular e antiderrapante, com resistência e durabilidade (NBR 9050).

Figura 05. Sinalização direcional.



Fonte: Guia de acessibilidade, 2017.

Figura 06. Sinalização tátil em escadas.



Figura 07. Sinalização de alerta em obstáculos suspensos.



Fonte: Guia de acessibilidade, 2017.

No caso de existir mobiliários urbanos suspensos, locados acima de 60cm do piso, como por exemplo caixas de correios, lixeiras, telefones públicos, etc, deve haver a colocação do piso de alerta com certa distância do objeto em torno de sua projeção, com objetivo de indicar a existência de um obstáculo, sendo muito importante para pessoas com deficiência visual (fig. 07) (NBR 9050).

3. METODOLOGIA

Quanto a metodologia de análise, primeiramente foi utilizada a pesquisa bibliográfica documental, onde houve o uso de diferentes fontes científicas sobre o tema escolhido, acarretando o enriquecimento das afirmações a partir de trabalhos e estudos já realizados por outras pessoas. Nesta, a investigação concentra-se em dados obtidos a partir de “documentos” que registram fatos e/ou acontecimentos de uma determinada época. Por exemplo, uma pesquisa documental sobre a história do Brasil terá como fontes basicamente: cartas, registros em arquivos públicos, certidões e declarações oficiais, fotos, entre outros. (MARKONI; LAKATOS, 2001).

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Devido as dificuldades encontradas em questão de acessibilidade em espaços público, enfrentadas por portadores de necessidades especiais, pode-se perceber que a sociedade atual está trabalhando para diminuir as diferenças dispostas pela falta de acessibilidade. Esta questão atinge em diferentes formas e aspectos físicos de intervenções propostas ao espaço,



estas que tem relação direta com a qualidade de vida e o uso dos espaços da cidade pelos portadores de deficiência. Tendo como base padrão para acessibilidade a NBR 9050 e o Decreto Federal 5.296, as normas servem para salientar as orientações necessárias na elaboração dos projetos que exigem acessibilidade, considerando que estas requerem atualização frequente.

Estas orientações então, existem para que se assegure o direito de ir e vir de todo cidadão, levando em consideração toda e qualquer limitação que o usuário possa ter. A acessibilidade está diretamente relacionada a liberdade dos cidadãos portadores de necessidades especiais a realizarem atividades de seu cotidiano em um curto espaço de tempo, percorrendo pequenas distâncias. Estas pessoas devem ser capazes de ir ao trabalho, supermercado, padaria, escola, entre outros, sem a necessidade de muito esforço, o que é fundamental para garantir sua qualidade de vida.

Os passeios públicos são os locais reservados para o tráfego de pessoas, e deve ser feito de maneira que possibilite o uso para toda população. A utilização dos pisos táteis apresentados na fundamentação é indispensável para minimizar o problema em questão. Contudo, existem vários outros métodos que auxiliam pessoas que possuem os demais tipos de necessidades especiais que não foram abordados nos objetivos específicos deste trabalho, porém deve haver uma linguagem de desenho universal no planejamento urbano, a fim de garantir a igualdade para todos.

Fatos isolados acontecem sempre, mas na maioria, são desconhecidos de grande parte da sociedade que no geral, faz de conta que nada está acontecendo, ou simplesmente ignora esses acontecimentos, o que torna cada dia mais situações impunes, onde quem sempre sai perdendo são os deficientes, que em sua maioria, sem ter a quem recorrer, sai de cena, e se escondem em suas casas, com medo dessa sociedade que teima em desrespeitar os direitos do próximo

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala de acessibilidade e Desenho Universal, compreende-se que, além da preocupação com a eliminação de barreiras urbanas, é necessário pensar no espaço inclusivo e que permite a opção de existir adequadamente estes locais. Visto isso, essas exigências para qualidade de vida foram minimizadas com a implantação de vários meios de acessibilidade,



entre eles os pisos. Contudo, em todas as áreas percebe-se a tentativa de acessibilidade. Integra-se normas existentes nos manuais, mas que não estão em conformidade com os padrões. Um projeto não pode se intitular acessível apenas pela presença de rampas de acesso ou vagas reservadas. Um espaço é inclusivo quando fornecem aos PNE o sentimento de segurança e independência.

Como resposta ao problema de pesquisa: Qual a importância da acessibilidade nos passeios públicos urbanos para os portadores de necessidades especiais? Acredita-se que na hipótese inicial onde foi dito que a acessibilidade está diretamente relacionada a liberdade dos cidadãos portadores de necessidades especiais a realizarem atividades de seu cotidiano em um curto espaço de tempo, percorrendo pequenas distâncias e estas pessoas devem ser capazes de ir ao trabalho, supermercado, padaria, escola, entre outros, sem a necessidade de muito esforço, o que é fundamental para garantir sua qualidade de vida, esta hipótese é verdadeira.

Os problemas são muitos, e as soluções são conhecidas, mas o difícil é colocá-las em prática quando se convive com uma sociedade despreparada e ignorante. Existe ainda muita falta de atenção e planejamento. Muitos têm consciência, mas mesmo assim não o fazem, pois, a falta de fiscalização ainda predomina, e o direito dos PNE acaba onde começam as atitudes de certas pessoas que ainda desconhecem as leis.

Essa é uma triste realidade da nossa sociedade existente, despreparada e sem estimativa de mudanças consideráveis, o que se verifica hoje ainda é a falta de independência dessas pessoas que estão presas à suas casas sem perspectiva de crescimento, pois da calçada para fora de suas casas o que predomina ainda é o preconceito e a visão de que essas pessoas são incapazes de alguma tarefa por serem deficientes, mas tudo isso é devido a falta de planejamento.

REFERÊNCIAS

ABNT, 2004. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 de novembro de 2017.



CAMBIAGHI, S. **Desenho universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas / Silvana Cambiaghi; [ilustrações André Youssef]. – São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.aecweb.com.br/cont/a/a-importancia-da-acessibilidade-para-as-edificacoes_159>. Acesso em: 10 novembro. 2017.

FERREIRA, D. B. **A importância da acessibilidade para as edificações**. 2016. Disponível

JUNCÀ, J. A. U. **Diseño universal**: factores clave para la acessibilidade integral. Castilla-la Mancha, España: COCEMFE, 1997.

LANCHOTI, J. A. **Normativos legais sobre a acessibilidade na arquitetura e urbanismo no Brasil**. Brasília: ABEA, 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

NBR 9050. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Acessibilidade a edificações, mobiliário espaço e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro:

OPAS. **Organização Pan-Americana de Saúde**. Disponível em: <<https://www.opas.org.br/>> Acesso em: 10 de novembro de 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 2002.

SARRAF, V. P. Acessibilidade para as pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação do design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CUTY, J. A.(Org.); CARDOSO, E. (Org); **Acessibilidade em Ambientes Culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.